

**DIREITOS LGBT VEICULADOS NO PORTAL DE NOTÍCIAS DA
ASSEMBLEIA DE DEUS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E
DIFERENCIAÇÃO INTERGRUPAL**

Maria Edna Silva de Alexandre

(Graduanda do Curso de Psicologia pela Universidade Federal de Campina

Grande - UFCG);

Anderson Scardua

(Professor Dr. Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de

Campina Grande - UFCG).

A conquista e reconhecimento dos direitos civis do grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) tem sido alvo de debates por diferentes grupos sociais, com concepções diversas, revelando posicionamentos atitudinais favoráveis e desfavoráveis. Dentre os grupos sociais que movimentam as discussões sobre esta temática, destaca-se o grupo cristão, especialmente de denominação evangélica, expressando publicamente oposição ao avanço da pauta LGBT. Considerando este panorama, buscou-se investigar as representações sociais sobre os direitos civis do grupo LGBT veiculadas no portal de notícias da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD News), identificando os direitos mais referidos e a forma como se fala sobre eles. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, realizada através de levantamento de dados no próprio site do portal CPAD News, nos anos de 2012 e 2013. Foram localizadas 57 reportagens, das quais, 43 faziam referências a direitos, sendo analisadas através da técnica de análise de conteúdo temática. Em relação à categoria dos direitos mencionados nas reportagens, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a transformação da união estável homossexual em união civil comporta 81,4% do total de reportagens, seguido pela criminalização da homofobia com 25,6% e a adoção de crianças com 13,9%. Cabe ressaltar

que algumas reportagens mencionam mais de um direito. Observou-se uma forma de falar sobre tais direitos, baseada em argumentações e justificações a partir de termos marcados pela ideia de constitucionalidade, inconstitucionalidade, legal, ilegal, censura, violação, liberdade de expressão, respeito ao local de culto, entre outros. Com base nessas apreensões, o grupo cristão busca justificar condutas de oposição à conquista e reconhecimento de direitos civis do grupo LGBT, evidenciando um conflito intergrupar. Tal postura assenta-se na crença de que o casamento homossexual e a adoção de crianças ameaçaria a reprodução/manutenção dos valores cristãos como o modelo de família tradicional. Já a criminalização da homofobia, é representada como uma violação do “direito” dos cristãos de criticarem os homossexuais e suas práticas sexuais, baseando-se no argumento de liberdade de expressão religiosa e de objeção de consciência. Nesse sentido, os cristãos julgam estarem perdendo direitos e como reação, comparecem no espaço público, através de mobilizações, opondo-se a conquista e reconhecimento dos direitos LGBT, defendendo os valores e a identidade intragrupal, ao mesmo tempo em que promovem uma diferenciação intergrupar. Nessa dinâmica, os cristãos afirmam que não estão agindo de forma discriminatória, justificando seus posicionamentos de cunho desfavorável, como uma medida de defesa dos próprios direitos. Em linhas gerais, os direitos civis do grupo LGBT são representados pelos cristãos como uma ameaça a ser combatida, tornando saliente o conservadorismo religioso em contraposição ao reconhecimento da cidadania plena deste grupo. Os resultados deste estudo despertam preocupações em relação à representação social dos direitos civis do grupo LGBT compartilhada pelos cristãos de denominação evangélica, uma vez que orienta e justifica práticas sociais discriminatórias, opondo-se a princípios de direitos humanos que consideram a diversidade e prezam pela igualdade.

Palavras-chave: Direitos LGBT; Atitudes desfavoráveis; Cristãos.